

## Diários enquanto suporte de memórias: *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus (1960), e *Diário do Fim do Mundo*, de Maria Nilda de Carvalho Mota (2020)

*Diaries as support of memories: Quarto de despejo, by Carolina Maria de Jesus (1960), and Diário do Fim do Mundo, by Maria Nilda de Carvalho Mota (2020)*

Barbara Heller<sup>1i</sup>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8997-0155>

Karen Gimenez<sup>2ii</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9174-5555>

Christiane Mangilli Ayello Nascimento<sup>3iii</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7138-2216>

Raphaella Freitas Petkovic de Carvalho Pereira<sup>4iv</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0247-4109>

Recebido em: 29/04/2022. Aprovado em: 04/08/2022.

### Resumo

Buscamos compreender, por meio da análise textual de dois diários de mulheres pretas e faveladas, *Quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, e *Diário do fim do mundo* (2020), de Maria Nilda de Carvalho Mota, as representações sobre ações policiais na periferia de São Paulo. Analisamos o contexto sociopolítico, diários como suporte de memórias e de verdades e como gênero literário. Para Carolina de Jesus, a polícia garantiu sua sobrevivência, enquanto para Maria Mota foi o contrário. Sustentamo-nos em teóricos sobre escrita diarística e sobre violência.

**Palavras-chave:** memória; diários; violência policial.

### Abstract

We seek to understand, through the textual analysis of two diaries of black women, who lived in slums, *Quarto de despejo* (1960), by Carolina Maria de Jesus, and *Diário do fim do mundo* (2020), by Maria Nilda de Carvalho Mota, the representations about police actions in the periphery of São Paulo. We analyzed the sociopolitical context, diaries as support of memories and truths and as a literary genre. For Carolina de Jesus, the police ensured her survival, but for Maria Mota it was the opposite. We draw on theorists about diary writing and violence.

**Keywords:** memory; diaries; police violence.

### Introdução

Em pleno século XXI, como podemos compreender a realidade que ainda se impõe sobre mulheres pretas e periféricas de grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo? O que mudou

<sup>1</sup> Universidade Paulista – UNIP, São Paulo, Brasil. E-mail: [b.heller.sp@gmail.com](mailto:b.heller.sp@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Paulista – UNIP, São Paulo, Brasil. E-mail: [karengim@gmail.com](mailto:karengim@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Paulista – UNIP, São Paulo, Brasil. E-mail: [christianem.ayello@gmail.com](mailto:christianem.ayello@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Paulista – UNIP, São Paulo, Brasil. E-mail: [raphafp@live.com](mailto:raphafp@live.com)



desde a publicação, em 1960, pela editora Francisco Alves, de *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus? Como a escrita diarística torna visíveis grupos sociais colocados à margem, vítimas das mais diversas ordens de violência? Os diários podem ser entendidos como documentos e como portadores de verdades?

Pensando nessas questões, o artigo que apresentamos tenta buscar algumas respostas, com ênfase na atuação da polícia sobre grupos sociais mais vulneráveis. Também toma como fonte primária de análise outro texto, publicado pela Edições MeParió, em 2020: o *Diário do Fim do Mundo*, de Maria Nilda de Carvalho Mota, em formato digital, distribuído gratuitamente aos colaboradores da campanha que logrou levar internet de qualidade, no mesmo ano, a 500 famílias em situação de vulnerabilidade, durante a pandemia da Covid-19.

Assim, recortamos nas obras diarísticas dessas duas mulheres igualmente periféricas, pretas, migrantes, moradoras de favelas<sup>5</sup> na capital paulista e mães “solo” o impacto da ação policial em dois momentos distintos da história: no final da década de 1950/início da de 1960 (no período pré-ditadura militar) e nos anos 2020, ao longo da pandemia da Covid-19. Nascida no interior de Minas Gerais, em Sacramento, em 1914, Carolina de Jesus veio para São Paulo em busca de trabalho no início da juventude, tendo parado de estudar em sua cidade de origem, ao que hoje corresponderia ao segundo ano do Ensino Fundamental. Foi empregada doméstica e mãe de três filhos de homens diferentes, conseguindo uma pequena ajuda financeira para apenas um deles. A carência de emprego e a escolaridade precária levaram-na à atividade informal e incerta de recolher e vender material descartado pelas ruas, em uma época em que a indústria da reciclagem não tinha qualquer expressão no Brasil. Sofria do que hoje chamamos de insegurança alimentar. Era reservada e, ao mesmo tempo, solidária. Quando conseguia proventos que cobrissem além das necessidades básicas de sua família, buscava ajudar quem precisasse tanto ou mais que ela.

No lugar das conversas informais nas portas das casas e nas bicas de água, preferia usar o raro tempo livre entre suas jornadas para ler os livros que encontrava no lixo e registrar suas memórias e impressões nos cadernos, também descartados, dos quais aproveitava as poucas folhas em branco. Apesar de morar na extinta favela do Canindé, na região central de São Paulo, próxima da Avenida do Estado, a postura de Carolina em seu diário deixa-nos a impressão de que observava a favela de

---

<sup>5</sup> Apesar de a palavra “favela” ter sido substituída por “comunidade” nos meios de comunicação contemporâneos, optamos por utilizá-la em todo o artigo, por fidelidade ao texto de Carolina Maria de Jesus, que serviu de primeira referência para nossa análise.

longe, como uma realidade à qual pertencia apenas fisicamente.

A sorte da autora de *Quarto de despejo* mudou quando foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, durante uma reportagem para a extinta revista *O Cruzeiro* sobre a favela do Canindé, em 1958. Os primeiros trechos dos cadernos manuscritos de Carolina foram publicados nesse periódico, mas a primeira edição, em forma de livro, pela editora Nova Fronteira, se deu em 1960. A mais recente, em 2019, foi lançada pela Editora Ática, em dezembro de 2019. Desde 2017, *Quarto de despejo* tornou-se leitura obrigatória para o vestibular em cinco universidades públicas. Sua história já foi tema de documentário e, em 2019, a BBC Brasil retomou sua história por meio de uma entrevista com a filha Vera Eunice, então criança na época dos registros do diário.

Dinha nasceu no interior do Ceará em 1978 e, um ano mais tarde, mudou-se com a família para a capital paulista, também fixando residência em uma favela. Assim como Carolina de Jesus, Dinha sempre gostou de escrever. Começou a fazer seus diários ainda adolescente e migrou para a poesia no curso de Letras na Universidade de São Paulo (USP), por onde também defendeu seu doutorado. Seu pós-doutorado foi realizado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na mesma universidade.

Diferentemente de Carolina de Jesus, Dinha tem participação ativa na sociedade: é líder comunitária, educadora e ativista do movimento contra o racismo e articuladora da Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio, que combate a violência policial dentro das favelas. Em 2013, fundou o coletivo de mulheres Edições Me Parió Revolução, cuja missão é publicar livros artesanais, como *Onde estaes Felicidade*, de Carolina Maria de Jesus, e *Canções de amor e denço*, da cronista Cidinha da Silva, entre outros. É essa mesma editora que assina a edição do diário analisado neste artigo. Atua em diferentes projetos de cunho social e voluntariado, como criação de campanhas comunitárias com vistas à melhoria da qualidade de vida, acesso à cultura, combate à fome e ao racismo estrutural, empoderamento feminino, organização de festas comunitárias, com amplo envolvimento do público-alvo, saraus literários, bibliotecas comunitárias, cursos pré-vestibulares. Sua militância se dá dentro e fora das redes sociais, pois costuma registrar e denunciar as ações que considera abusivas nas favelas, como o ocorrido em 26 de outubro de 2020<sup>6</sup>, quando postou no Facebook um relato oral das ameaças que vem sofrendo pelo seu ativismo contra a violência policial.

Trata-se, portanto, de duas autoras que, apesar de nunca terem se conhecido pessoalmente, compartilham, cada qual à sua maneira e com suas histórias de vida, os registros sobre os contatos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://ponte.org/policiais-invadem-casa-e-levam-celular-de-ativista-que-filmou-abordagem/?fbclid=IwAR1Lq4HeSGC-uT1DDpNSSxACcUAdk7QVQv6v56um0CfJQE015aPQ1X8DI3M>. Acesso em 09 nov. 2020.

com as forças policiais em seus respectivos diários.

O presente artigo tem por objetivo compreender, por meio da análise de dois diários escritos *Quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, e *Diário do fim do mundo* (2020), de Maria Nilda de Carvalho Mota, as representações sobre ações policiais nos bairros pobres da cidade de São Paulo e o gênero textual diário, enquanto suporte de memórias e de verdades. Como referenciais teóricos para a análise buscamos artigos de Márcio Seligmann-Silva, Philippe Lejeune, Sergio da Silva Barcellos, Philippe Artières e Contardo Calligaris.

O artigo organiza-se em três seções: na primeira, relacionamos aspectos sociopolíticos do Brasil nas décadas de 1950, 1960 e 2020. Na segunda, analisamos o diário enquanto gênero textual, suporte de memória e de verdade e, na terceira, analisamos as diferentes representações policiais nos diários de Carolina de Jesus e de Dinha.

### **Dois momentos sociopolíticos do Brasil: os anos 1950-1960 e 2020**

*Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, foi escrito durante boa parte do mandato do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), cujo plano de metas trazia a perspectiva de crescimento, sintetizado no *slogan* “50 anos em 5”. Sob esse governo, o Brasil viveu momentos de acelerada busca pela modernização, com investimentos diretos e dedicados a obras de infraestrutura que tentavam interligar todo o País, inclusive com a inauguração da nova capital, Brasília.

O otimismo do presidente e sua crença em um Brasil menos subdesenvolvido foram confirmados: o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 80% ao longo de seu mandato. Foi uma fase de rápida urbanização, durante a qual milhares de Carolinas chegavam diariamente aos grandes centros, com a expectativa de ter uma vida muito diferente daquela encontrada nas áreas rurais e mais pobres do País. Em 1950, 36% dos habitantes do Brasil moravam em cidades; já em “1960, o percentual saltava para 44% e, em 1970, para 56%” (NORONHA, 2001, p. 29).

As residências da classe média começaram a equipar-se com produtos eletrônicos, especialmente depois da inauguração da televisão, em 1950, e da proliferação de eletrodomésticos. No entanto, isso ainda era uma realidade restrita e distante dos migrantes que chegavam esperançosos, mas acabavam à margem, amontoados em barracos nas periferias e sem acesso aos serviços de infraestrutura. O pouco contato com essa modernidade se dava por meio indireto, como na prestação de serviços domésticos, realizado na maioria das vezes por mulheres e sem contrato de trabalho. A saúde pública não atendia a todos e até a legislação trabalhista lhes era excludente.

Dinha nasceu em 1978, no mesmo ano em que o AI-5 foi revogado e quando o PIB cresceu

6,8%, ou seja, época em que o Brasil também se tornou um pouco mais rico. Graças às greves, os operários organizados conseguiram de 10 a 15% de aumento salarial, enquanto os não organizados ficaram na mesma situação. A inflação, dali em diante, foi crescente, assim como a dívida interna. Embora o Brasil vivesse o final do período repressivo, com grandes ganhos para a volta da democracia, em termos econômicos, os anos 1980 são conhecidos como “a década perdida”, graças, entre vários fatores, às altas taxas de desemprego, à crise na educação e na saúde públicas (MARANGONI, 2012).

De 1979 a 1985, tivemos o último governo da ditadura civil-militar, com o General João Batista Figueiredo, bem como o último presidente eleito por via indireta, Tancredo Neves. No ano seguinte, o Plano Cruzado congelava preços e salários, estratégia utilizada no combate à hiperinflação (BRESSER-PEREIRA, 1979). Em 1988, a promulgação da Constituição Cidadã estabelecia o direito à liberdade de expressão, assegurando, portanto, um dos princípios fundamentais da democracia. A partir dos anos 1990, a internet chegou ao Brasil e, juntamente com os celulares, gradativamente mais acessíveis, a comunicação em tempo real tornou-se cada vez mais barata, apesar de ainda haver considerável parcela da população excluída das mídias digitais. Nas décadas subsequentes, o País passou por diversos presidentes, por manifestações nas ruas contra aumento de tarifas nos transportes públicos (2013), e por dois *impeachments* presidenciais: o de Fernando Collor, (1992), e o de Dilma Rousseff (2016). A partir de março de 2020, para ficarmos apenas no governo de Jair Messias Bolsonaro, que assumiu o cargo em 2018, houve várias passeatas espalhadas pelo Brasil, de grupos polarizados. Para evitar confrontos, os que o apoiavam iam às ruas em diferentes dias dos que o acusavam de racismo, misoginia e fascismo.

Entre Carolina de Jesus e Dinha o Brasil passou, portanto, por diversos governos, políticas econômicas e sociais que também surtiram efeito na Segurança Pública, um dos pontos centrais de nossa análise. Como os dados compilados sobre violência, seja ela policial ou de outra natureza, são disponibilizados apenas a partir dos anos 1980, nosso foco recairá exclusivamente sobre o ano 2020, dois anos após a eleição de Jair Bolsonaro, quando a pandemia de coronavírus se alastra pelo Brasil, isolando as comunidades carentes, desprovidas de redes de internet.

Sua forma autoritária de governo, o apelo ao uso de armas de fogo pela população civil, bem como o negacionismo que levou mais de meio milhão de brasileiros à morte pela pandemia em apenas dois anos, fazem parte desse contexto de violência física que passamos a descrever<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Alguns dos eventos citados podem ser acessados nos seguintes links. “Entra em vigor parte dos decretos que ampliam acesso a armas de fogo”. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2021-04/entra-em-vigor-parte-dos-decretos-que-ampliam-acesso-armas-de-fogo>. Acesso em 08 nov. 2020.; “Estudo atesta discurso negacionista de Bolsonaro nos primeiros seis meses de pandemia. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/estudo-atesta-discurso->

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>8</sup> registrou apenas na capital paulista aumento de 31% da letalidade policial entre janeiro e abril de 2020 (119 mortos pela polícia contra 78 no mesmo período de 2019). Em âmbito estadual, São Paulo ocupa o 15º lugar em letalidade no País, segundo o Monitor da Violência<sup>9</sup>, mantido pelo site G1. Mesmo assim, seu registro de mortes em intervenções policiais diante do total de homicídios dolosos está muito acima dos padrões aceitos internacionalmente. São Paulo registra 27%, contra 10% do padrão internacional.

O mesmo Monitor da Violência divulga as dificuldades enfrentadas no processo punitivo da violência policial, entre elas a inexistência de “afastamento do tipo penal, mas a caracterização de uma das excludentes de ilicitudes previstas, ou seja, se o Ministério Público e o Judiciário reconhecem que a morte foi decorrente de uma ação legítima por parte do policial, ele não será processado e punido”, dizem Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima, diretores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em artigo publicado em 16 de abril de 2020.

Tanto o Monitor da Violência, quanto o jornalista e pesquisador Bruno Paes Manso e a doutora em Sociologia Camila Nunes Dias, autores dos livros *A Guerra: a ascensão do PCC<sup>10</sup> e o mundo do crime no Brasil* (2018) e *A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro* (2020) chamam a atenção para outros elementos que podem estar ligados ao aumento da letalidade e da violência policial no dia a dia das operações: a formação de grupos paramilitares, com a presença de policiais agindo com regras próprias em “serviços paralelos”, fora de horário de expediente, motivados pelo aumento de renda, uma vez que os salários percebidos são considerados baixos.

Manso e Dias também relatam em seus livros o crescimento e o fortalecimento de organizações criminosas nos presídios, graças à incompetência do Estado que “terceiriza” a gestão interna para facções. No livro *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil* relatam que, nas favelas, o cenário passou a ser de dois exércitos em guerra - polícia e grupos criminosos - com a população principalmente negra e pobre no meio do campo de batalha. Segundo Manso e Dias (2018, posição kindle 3207), “o problema se agrava porque os policiais, muitas vezes despreparados para lidar com a situação, passam também a matar para tentar exercer o controle desses territórios”. Manso e Dias (2018, posição kindle 3207) alegam que “isso pode ocorrer de forma oficial, nos

---

[negacionista-de-bolsonaro-nos-primeiros-seis-meses-de-pandemia/](#). Acesso em 08 nov. 2020.

<sup>8</sup> Organização Não Governamental integrada por pesquisadores, gestores públicos, cientistas sociais, policiais federais, civis e militares e operadores de justiça com o intuito de desenvolver pesquisas na área de segurança pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em 08 nov. 2020.

<sup>9</sup> Organização Não Governamental integrada por pesquisadores, gestores públicos, cientistas sociais, policiais federais, civis e militares e operadores de justiça com o intuito de desenvolver pesquisas na área de segurança pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em 08 nov. 2020.

<sup>10</sup> Sigla do Primeiro Comando da Capital, uma das maiores organizações criminosas, bastante atuante no estado de São Paulo.

chamados autos de resistência, ou de forma extraoficial, por meio de grupos de extermínio, presentes em muitas cidades brasileiras”.

Além disso, são ressaltados aspectos socioeconômicos de nosso País que justificam sua posição entre os mais desiguais do mundo. Segundo a Pesquisa da Desigualdade Mundial do *World Wealth & Income Database*<sup>11</sup>, publicada em 2018, o Brasil figura como o nono país com maior nível de desigualdade e o campeão em concentração de renda.

Dennis Pacheco, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em artigo para o Monitor da Violência, afirma que “no Brasil, a violência sempre foi linguagem privilegiada de resolução de conflitos e manutenção do ordenamento social, ordem esta que demanda controle de territórios e corpos negros historicamente estigmatizados como perigosos”.<sup>12</sup>

O espírito guerreiro dos policiais recebe o aplauso de muita gente. Se há uma guerra em curso, afinal, por que apenas os inimigos podem atirar e matar? [...] No geral, essa cena de violência é formada por homens que matam outros homens e acreditam fazer a coisa certa ao praticar esses crimes. A maioria das vítimas e autores é jovem, parda ou negra, moradora das diversas quebradas do Brasil, quase sempre bairros pobres, de urbanização recente. Nada que provoque comoção pública, manchetes nos portais ou discussões nas redes sociais, como se fossem mortes esperadas e invisíveis (MANSO, 2020, p. 179-180).

É necessário também incluir como argumento a formação violenta dos policiais, conforme entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em 16/11/2020, de Francisco José Pereira de Lima, o “Preto Zezé”, presidente da Central Única das Favelas (Cufa), organização presente em 5.000 favelas no Brasil. Nos dois últimos anos, vídeos com trechos de incitação ao preconceito e à violência durante aulas dos cursos preparatórios voltados para a formação de policiais vêm sendo divulgados pelas redes sociais, conforme reportagem publicada pelo portal Universa, integrante da rede UOL em 14/04/2020<sup>13</sup>.

Os dados das ações violentas da polícia na contemporaneidade reforçam o testemunho da autora em *Diário do fim do mundo*, mas a falta deles, referentes aos anos 1960, não nos impede de acatar os registros na narrativa diarística de Carolina de Jesus como uma verdade, não necessariamente a mesma da dos tribunais, mas com “possíveis omissões, acréscimos,

<sup>11</sup> *The World Wealth and Income Database: World Inequality Report 2018*. Disponível em <https://braveneweurope.com/the-world-wealth-and-income-database-world-inequality-report-2018>. Acesso em 09 nov. 2020.

<sup>12</sup> O crescimento da letalidade policial e a invisibilidade dos dados de raça no País. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/o-crescimento-da-letalidade-policial-e-a-invisibilidade-dos-dados-de-raca-no-pais.ghtml>. Acesso em 09 nov. 2020.

<sup>13</sup> Em curso para futuros policiais, ex-PM exalta a violência: "porrada em puta". Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/14/porrada-em-mulheres-velhos-criancas-diz-professor-de-curso-para-pm.htm>. Acesso em: 09 nov. 2020.

remanejamentos” (CALLIGARIS, 1998, p. 53).

Como trataremos adiante, o gênero textual diário é “um documento privilegiado” pois “falar ou escrever de si [...] é uma necessidade cultural, já que a verdade é sempre e prioritariamente esperada do sujeito - subordinada à sua sinceridade” (CALLIGARIS, 1998, p. 45).

## Diário enquanto gênero textual

Historicamente, na literatura europeia, as escritas de si surgiram no Renascimento, por volta dos séculos XVI e XVII, quando se realizaram novas rotas marítimas e identidades nacionais se consolidaram (ARTIÉRES, 1998, p. 4). Concomitantemente, firmou-se a maneira cristã de os homens se relacionarem com o divino: no lugar da comunidade, a interação com Deus passou a ocorrer no plano individual, no “um a um”. O que antes era coletivo, tornou-se particular e, graças a essa mudança de orientação filosófico-religiosa, criaram-se condições para produção de textos que versassem sobre as vidas privadas. Conforme Calligaris (1998, p. 46):

O escrito autobiográfico implica uma cultura na qual, por exemplo, o indivíduo (seja qual for sua relevância social) situe sua vida ou seu destino acima da comunidade a que ele pertence, na qual ele conceba sua vida não como uma confirmação das regras e dos legados da tradição, mas como uma aventura para ser inventada. Ou ainda uma cultura na qual importe ao indivíduo durar, sobreviver pessoalmente na memória dos outros.

Essa nova mentalidade tornara possível aos homens e às mulheres escolherem “onde [seriam] feitos os registros – tradicionalmente, longe de olhares indiscretos ou da agitação da sala de visitas.” (BARCELLOS, 2009, p.16). À medida que triunfava o individualismo ocidental, cresciam proporcionalmente as narrativas autobiográficas ou diarísticas. No entanto, isso não implicava, necessariamente, em “uma situação de isolamento do sujeito, de ensimesmamento em sua escrita de vida. [...] [pois] o diário comporta o dentro e o fora, o pessoal e o coletivo” (BARCELLOS, 2019, p. 16).

Enquanto gênero textual, o diário passou a ser caracterizado pela subjetividade, pela crença na verdade do autor e narrador em primeira pessoa (BARCELLOS, 2020). Também costumam ser textos datados e não há determinação de tempo da escrita, podendo retratar períodos longos ou curtos.

Diários podem ainda funcionar como potenciais dispositivos de acionamento da memória, como sugerem alguns de seus estudiosos, como Philippe Lejeune, Marcio Seligmann-Silva, Sérgio Barcellos, Phillippe Arthières.

Com Lejeune, partimos da ideia de que diários se valem de um “pacto autobiográfico”, isto é, de um acordo em que seus autores “incita(m) o leitor real a entrar no jogo, dando a impressão de um

acordo assinado pelas duas partes”. Espécie de contrato único, mas de mão dupla, o pacto autobiográfico estabelece um compromisso entre “o sistema de apresentação escolhido pelo autor e o modo de leitura escolhido pelo leitor [médio]” (LEJEUNE, 2014, p. 66). Assim, ao ler uma narrativa autobiográfica na chave de um diário, o leitor acredita que o narrador diz a verdade e que se trata de um registro de memória cuidadosamente redigido, como sugere Artières (1998, p. 11):

[...] e o farás por meio de práticas múltiplas, manterás cuidadosamente e cotidianamente teu diário, onde toda noite examinarás teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são tua identidade; enfim, redigirás sua autobiografia, passarás sua vida a limpo, dirás a verdade.

Este tipo de literatura, a escrita de si, é composta tanto pelo testemunho<sup>14</sup> do autor, quanto pela escolha ao silenciamento em situações de dor e sofrimento, de culpa e vergonha ou do mero desejo de preservar segredos. A indizibilidade da “dor-corpo” não são mensuráveis, como explica Seligman-Silva (2003, p. 35):

Essa literatura faz parte, portanto, de uma nova ética e estética da escritura que está sendo tratada aos poucos desde a metade do século XX. Ela tem como mandamento paradoxal o imperativo de sua necessidade - e a luta conflituosa com os limites da representação. Não existe comensurabilidade possível entre a dor-corpo e as palavras.

Ainda que existam conflitos relativos à representação, como sugere Seligmann-Silva, os testemunhos-autores conferem subjetividade ao diário e espera-se deles a verdade ou, como sugere Barcellos, a “prática de confissões, [...] promessa de sinceridade e [...] obrigatoriedade de autenticidade”:

Diários, cuja função cristalizada (ou estigmatizada) de “refúgio do eu” seriam o reduto privilegiado da subjetividade, da prática de confissões, da promessa de sinceridade e da obrigatoriedade de autenticidade. Inseridos no grupo dos escritos pessoais ou autobiográficos, teriam como diferencial em relação aos textos literários a referencialidade (BARCELLOS, 2009, p. 9).

A referencialidade da “escrita do eu”, para Barcellos (2009), manifesta-se quando o autor, centro da narrativa, revive suas histórias e desperta no leitor projeções, identificações e afeto, pois consolidou-se uma relação comunicacional, garantida pelo pacto autobiográfico pensado por Lejeune (2014). Ou, como sugere Seligmann-Silva (2010, p. 7), “à escrita performática do diário responde a nossa própria leitura performática, na qual nos lemos no espelho do diário”.

---

<sup>14</sup> Para Seligmann-Silva (2010), a noção de testemunho configura-se pela experiência da morte ou pelas situações-limite.

Ainda sob a ótica do mesmo autor, diário e testemunho são uma forma de o indivíduo afirmar sua identidade e seu lugar, especialmente quando se está na iminência de desaparecer por via da violência direta ou indireta:

Testemunho e diário são marcas ou pegadas do indivíduo na era de sua desapareição. Este indivíduo precisa se apegar a um EU que ele está recriando e reafirmando tanto quanto lhe é permitido por um mundo que o puxa, se não para o extermínio, ao menos para o anonimato e sua insignificância (SELIGMANN- SILVA, 2010, p. 9).

Os diários em análise assemelham-se enquanto gênero literário – firmam um pacto com o leitor, são testemunhais e nos contam verdades, mas divergem em seus objetivos<sup>15</sup>. Enquanto *Quarto de despejo* apresenta-se como um espaço de fala íntima, em que são expostas as mazelas, as tristezas e as poucas alegrias de quem vive na favela, *Diário do fim do mundo* é o produto final de campanha bem-sucedida, encabeçada pela autora, para prover sinal de internet na favela onde vive, durante a pandemia de covid-19, no ano de 2020.

No processo de leitura dos diários fica evidenciada a força que move cada uma das autoras. Carolina de Jesus escreveu com a motivação de contar a verdade do cotidiano na favela e assim reforçar sua identidade de mulher pobre, com sonhos de futuro para o ofício de escritora.

02 de maio de 1958 - Eu não sou indolente. Há tempos que eu pretendia fazer meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo.

.... Eu fiz uma reforma em mim. Quero tratar as pessoas que conheço com mais atenção. Quero enviar um sorriso amável às crianças e aos operários (JESUS, 2014, p. 24).

O trecho abaixo, que abre o diário, revela o sentimento de frustração e de indignação face à sua insegurança alimentar e à sua vulnerabilidade:

15 de julho de 1955 - Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela usar (JESUS, 2014, p. 10).

Já Dinha, por sua vez, escreve em prosa e sua formação acadêmica permite-lhe transformar poesia em uma narrativa próxima da oralidade.

Eu invento na hora as histórias, invento como quem faz versos e, se não escreve acaba perdendo. vocês já devem ter ouvido histórias de poetas que escreveram em pedaços de papel higiênico, de pão, de guardanapo, jornais...pois é. É que quando os versos vêm, ou a gente

<sup>15</sup> As autoras dos diários não tiveram suas vidas ameaçadas diretamente por um sistema político, mas pela desigualdade social e/ou pela violência policial.

segura, aprisionando-os no papel, ou eles seguem seu curso rumo ao inimaginável (MOTA, 2020, p. 25).

Essa história de ser poeta e não aprender a amar não sei se me cabe. Eu sou poeta e amo feito uma maluca. Gosto de amor que seja sereno, mas também gosto daquele que é encantado e suspende o tempo, me faz querer largar o mundo e segui-lo feito igreja. Gosto do amor religioso, que me põe em transe por anos e anos. Me fecha os olhos, me beija a boca, flutua em mim como se meu corpo fosse em baixa gravidade e tudo então ficasse suspenso. Eu sou poeta e amo (MOTA, 2020, p. 33).

Nos dois diários em questão encontramos referências às tais dores indizíveis e não mensuráveis: Carolina de Jesus escreve “somos escravos do custo de vida” (2014, p. 10); Dinha registra que “quando os versos vêm, ou a gente segura [...] ou eles seguem seu curso rumo ao inimaginável” (MOTA, 2020, p. 25-26). Ambas, ainda, tratam da violência policial, cada qual conforme seu tempo e à sua experiência de vida.

### As diferentes representações da violência policial nos diários de 1960 e 2020

Carolina de Jesus e Dinha, apesar de estarem relativamente próximas em seus contextos socioculturais, registraram em seus respectivos diários diferentes impressões sobre as percepções da atuação da polícia nas favelas em que viviam.

Em *Quarto de despejo*, Carolina de Jesus (2014, p. 24) fez sua primeira entrada sobre a polícia em 02 de maio de 1958, quando recebeu uma intimação para se apresentar na delegacia às 8 horas da noite. Como havia chovido e estava cansada, decidiu não comparecer. No dia seguinte, relata ter recebido outra notificação, mas como estava muito alegre, “pensando em versos”, esqueceu de ir. Finalmente, em 10 de maio, apresentou-se na delegacia e assim registrou esse evento, poucas horas mais tarde:

10 de maio de 1958 - Fui na Delegacia e falei com o Tenente. Que homem amável! Se eu soubesse que ele era tão amável teria ido na primeira intimação. (...) o Tenente interessou-se pela educação dos meus filhos (JESUS, 2014, p. 25).

Em um breve diálogo com um soldado, nota-se que o contato é amistoso:

Outro dia encontrei um soldado. Perguntou-me:  
- Você ainda mora na favela?  
- Por que?  
- Porque vocês deixaram a Rádio Patrulha em paz.  
- É o dinheiro que não sobra para aguardente (JESUS, 2014, p. 31).

Nesses dois relatos, a experiência de Carolina de Jesus com a polícia é tão amigável que a autora pode até se dar à liberdade de preferir descansar a obedecer à intimação, esquecer de comparecer e finalmente, ao cumprir a ordem de se apresentar, tecer considerações sobre a vida escolar de um de seus filhos. Nas outras vezes em que a polícia é mencionada, há poucas referências de abordagens mais autoritárias ou agressivas, ao contrário: ela parece exercer os serviços de proteção à sua família e à comunidade.

Nem mesmo o perigo da fome, tema predominante da obra, expõe Carolina de Jesus ao aparato policial, exceto em situações mais específicas, que envolvem o grupo social a que pertence, como se sua identidade individual se diluísse na coletiva. É o que relata na entrada de 30 de outubro de 1958, quando conta que madrugara como de costume para buscar água na bica, mas percebeu tensão no ar. Nesse dia, o então prefeito da cidade, Adhemar de Barros, temeroso de reações populares contrárias ao aumento das tarifas de transporte público, enviou policiais para evitar qualquer possibilidade de conflito.

Segundo Sérgio Barcellos, a se acreditar em Carolina de Jesus e no discurso que diz ter proferido na frente de sua coletividade, convenceu a todos de que “o povo há de compreender que o único bom político do Brasil é o dr. Adhemar” (JESUS *apud* BARCELLOS, 2020, p. 285).

O diário de Carolina aborda ainda outras questões relevantes de sua experiência de vida na favela, como preconceito, violência contra mulher, conflitos entre moradores, imigração nordestina, entre outros. Sabe-se, no entanto, que Audálio Dantas, o jornalista que a descobriu, censurou algumas de suas entradas sobre política e que sua tendência ao racismo, embora fosse mulher preta, e as constantes críticas negativas aos nordestinos foram por ele suavizadas.

Também é possível supor que Carolina de Jesus não quis revelar ou até mesmo esqueceu eventos conflituosos com a polícia por medo de represália, caso seu diário fosse publicado. Outra hipótese é que temia perder a proteção que eventualmente sentia ou que chegou mesmo a estabelecer um vínculo de confiança com a polícia. No esforço de se lembrar, também pode ter esquecido, uma vez que a memória é conflituosa e instável.

Já Dinha, em seu *Diário do fim do mundo*, logo no início do texto (p. 10-11), nos conta a história da “morte matada” do menino Igor por um PM, em plena luz do dia. O assunto é sempre retomado, como o trecho que segue, páginas à frente:

Amanhã vamos ao DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), no centro da cidade, pra ver no que vai dar a denúncia contra os assassinos do Igor. Deve ser por isso que eu tô nervosa, com o maxilar doendo e vontade de abrir o peito e pôr pra fora o sal (MOTA, 2020, p. 16).

Dinha retoma inúmeras vezes o tema da violência, do medo e da injustiça em suas anotações diárias. No trecho abaixo, comparece o tom de ameaça que a simples presença da PM lhe desperta:

Não vejo os jornais, vcs sabem. Mas sei das mortes. Sei da PM que nos mira e nos envolve nas suas teias de não viver. Eu queria que a vida fosse suave. Eu queria escrever um diário (MOTA, 2020, p. 22).

Em outro momento, ao substituir a referência ao policial militar pela de “cavalinhos do apocalipse”, revela o que habita no seu imaginário: a polícia é a personificação do mal, protagonista de atos de violência:

Chegou então a notícia de que mais um jovem foi abatido pelos cavalinhos do apocalipse. Aconteceu por volta das 18hs próximo ao CEU Parque Bristol - escola onde eu dei aula até ano passado. O rapaz estava comemorando seus 19 anos. Vinha de moto quando a polícia atirou: um tiro que vazou o estômago e acertou em cheio seu coração. Havia câmeras de segurança no local e elas flagraram o momento em que o rapaz foi atingido. Pelos flashes, parece mesmo que foi à queima roupa (MOTA, 2020, p. 54).

Em *Diário do fim do mundo* é menos provável que outros atores tenham influenciado o resultado da obra, uma vez que foi produzida e divulgada pela própria autora, por meio digital. Ainda que sua memória também seja seletiva, a violência policial parece ser mais presente que para Carolina de Jesus. Os tempos são outros: enquanto no início dos anos 1960 o Brasil experimentava a euforia do crescimento, sob um governo democrático, nos anos 2020 passamos a viver a maior de nossas distopias, com um governo autoritário, negacionista e racista. Estavam criadas as condições para tornar os vulneráveis mais vulneráveis ainda.

## Considerações finais

Nos dois diários em análise as autoras tornaram públicas as memórias individuais de um passado recente, uma vez que seus textos foram gerados praticamente a *pari passu* dos acontecimentos que testemunharam. Ainda que suas entradas sejam diárias, sabemos que não são a totalidade do vivido, mas recortes, e cabe ao leitor preencher os vazios.

Também devemos lembrar que agentes externos interferem na produção textual, como o já citado jornalista Audálio Dantas que, ao cortar trechos de *Quarto de despejo*, eliminou “facetas da mulher que talvez tenham sido consideradas, pelo editor, fortes demais para vender a imagem da catadora de papel que escreve sobre a vida difícil na favela: a profissão de Carolina é, de certa forma, uma escolha pessoal e não uma contingência” (BARCELLOS, 2020, p. 287).

Assim, o que Carolina de Jesus contou sobre a atuação da polícia é e não é a “verdade”. O não-dito também significa. Os silêncios e possíveis omissões constroem uma narrativa que corrobora

o período em que viveu, o Brasil desenvolvimentista do final dos anos 1950, mas nem por isso isento de conflitos entre a população pobre e o aparato policial.

Já os anos 2020 são marcados não apenas pela pandemia que tornou ainda mais vulneráveis as camadas mais pobres da população, como também pela polarização promovida pelo então presidente do país, alinhado com as forças da extrema-direita. A narrativa diarística de Dinha expõe as feridas promovidas pela violência policial, talvez mais feroz que a dos anos 1960. Por ser ativista e viver no contexto atual, na busca do empoderamento feminino e de dar voz à sua comunidade, expõe abertamente a atuação violenta e injusta da polícia, e sua relação conflituosa com a instituição.

O diálogo entre os dois diários nos mostra que tanto *Quarto de despejo*, como o *Diário do fim do mundo* cumpriram as exigências teóricas da narrativa diarística e, embora não tenham revelado tudo, tiveram a pretensão de contar a verdade possível. Em se tratando de violência policial, podemos desconfiar que os anos 1960 de Carolina de Jesus foram bastante suavizados e podem ter sido como os anos 2020 para Dinha. Afinal, como diz Seligmann-Silva:

Ao invés da visão corriqueira que vê no diário uma representação e imitação dos fatos da vida, aprendemos agora a ler, nestas páginas, fragmentos de um presente que se amontoa diante de nós: de um passado que não passou. Pretérito presente, presente do passado (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 7).

Vimos, assim, como duas mulheres pretas e faveladas, cada qual em sua época, mobilizaram diferentes apoios, mas sempre no contexto da cidade de São Paulo, a partir de seus registros diarísticos. Enquanto para Carolina Maria de Jesus sua luta era solitária, a solidariedade se manifestou por meio do aparato policial e também pela polêmica figura do jornalista Audálio Dantas. Já para a autora de *Diário do fim do mundo* foram tão somente seus seguidores nas redes sociais que a apoiaram, transformando em benefício coletivo os rendimentos alcançados pela venda da sua obra, na qual a violência do Estado comparece com toda sua potência.

## Referências

ALVAREDO, F. *et al.* World Inequality Report 2018. **Brave New Europe**. 18 dez. 2017 [on-line]. Disponível em: <https://braveneweuropa.com/the-world-wealth-and-income-database-world-inequality-report-2018>. Acesso em: 18 dez. 2021.

ARTIÉRES, P. Arquivar a própria vida. **Arquivos pessoais, Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200> Acesso em: 05 set. 2022.

BARCELLOS, S. S. Diários pessoais: isolamento ou convivência. **Revista Literatura em Debate**, Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 5, jul-dez, p. 64-80, 2009.

BARCELLOS, S. S. **Escrita do eu, refúgio do outro**: Identidade e alteridade na escrita diarística. Rio de Janeiro: Vida por Escrito Edições, 2020.

BRESSER-PEREIRA, L.C. A economia e a política em 1978. **Folha de S. Paulo**. 21 jan. 1979. [on-line]. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/Books/OsAnosFigueiredo1978-1985/pdf/79.01.21.A\\_economia\\_e\\_a\\_pol%C3%ADtica\\_em\\_1978.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Books/OsAnosFigueiredo1978-1985/pdf/79.01.21.A_economia_e_a_pol%C3%ADtica_em_1978.pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.

BUENO, S. e LIMA, R. S. de. Uso das forças pelas polícias segue como desafio no país. **Portal G1, Monitor da Violência**. Rio de Janeiro, 16 abr. 2020 [on-line]. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/04/16/uso-da-forca-pelas-policias-segue-como-desafio-no-pais.ghtml> Acesso em: 01 ago. 2021.

CALLIGARIS, C. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Arquivos pessoais, Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), v. 11, n. 21, p. 43-58, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071/1210>. Acesso em: 29 abr. 2022.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2020.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Ipea; desafios do desenvolvimento**, Brasília, Edição 72, ano 9, jun. 2012 [on-line] Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2759:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28) Acesso em: 16 jun. 2021.

MOTA, M. N. C. **Diário para o fim do mundo**. São Paulo: Meparió, 2020.

NORONHA, S. A herança da epopeia desenvolvimentista. **Rumos; economia e desenvolvimento para os novos tempos**, Brasília, v. 36, n. 191, p. 27-33, dez. 2001 [on-line] Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/revistas/A\\_revista\\_rumos.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/revistas/A_revista_rumos.pdf) Acesso em: 21 ago. 2021.

PACHECO, D, BUENO, S. O crescimento da letalidade policial e a invisibilidade dos dados de raça no país. **Portal G1, Monitor da Violência**, Rio de Janeiro, 03 set. 2020 [on-line]. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/o-crescimento-da-letalidade-policial-e-a-invisibilidade-dos-dados-de-raca-no-pais.ghtml>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SELIGMANN-SILVA, M. O Local do Testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 177-203, 2010.

SELIGMANN-SILVA, M Violência, Encarceramento, (In) justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas. **Revista Letras**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 29-47, 2003.

UNIVERSA. **Em curso para futuros policiais, ex-PM exalta a violência: "porrada em puta"**, 14 abr. 2020 [*on-line*] Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/14/porrada-em-mulheres-velhos-criancas-diz-professor-de-curso-para-pm.htm>. Acesso em: 18 dez. 2021.

---

<sup>i</sup> Docente do programa de mestrado e doutorado em Comunicação na Universidade Paulista, Doutora em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas e Mestre em Comunicação pela Universidade de São Paulo.

<sup>ii</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Paulista

<sup>iii</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Paulista

<sup>iv</sup> Mestre e Doutoranda em Comunicação pela Universidade Paulista